

GESTÃO ESCOLAR E PERMANÊNCIA DOS ESTUDANTES: ANÁLISE DE INDICADORES DE FREQUÊNCIA DO NÚCLEO REGIONAL DE EDUCAÇÃO DE PITANGA NO ESTADO DO PARANÁ

<https://doi.org/10.5902/2318133896965>

Fernando Sviercoswski¹
Felipe Rodrigo Caldas²

Resumo

Neste artigo se analisa os indicadores de frequência escolar em escolas públicas do Núcleo Regional de Educação de Pitanga, no Estado do Paraná, considerando o comparativo entre os anos de 2024 e 2025. A frequência é compreendida como elemento fundamental para a garantia do direito à educação e para o processo de ensino e aprendizagem, sendo investigada a partir de dados consolidados de 33 escolas. A pesquisa caracteriza-se como quali-quantitativa, de natureza descritiva, fundamentada na análise documental de indicadores extraídos do sistema institucional de monitoramento Power BI Presente na Escola. Os resultados evidenciam uma elevação nos índices médios de frequência no período analisado, bem como diferentes padrões de comportamento entre as unidades escolares, incluindo variações na magnitude de evolução, níveis de engajamento e consistência dos resultados. A análise das séries históricas semanais permitiu identificar tendências, oscilações e períodos críticos ao longo do calendário letivo. Conclui-se que a análise sistemática dos indicadores, articulada a uma leitura crítica e contextualizada da realidade educacional, contribui para a compreensão das dinâmicas de permanência dos estudantes, evidenciando o potencial e os limites do uso de dados educacionais no contexto da gestão escolar. Palavras-chave: gestão escolar; frequência escolar; indicadores educacionais; permanência; políticas públicas.

SCHOOL MANAGEMENT AND STUDENT RETENTION: ANALYSIS OF ATTENDANCE INDICATORS IN A REGIONAL EDUCATION OFFICE IN PITANGA, STATE OF PARANÁ

Abstract

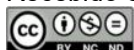
This article analyzes school attendance indicators in public schools within a Regional Education Office in the state of Paraná, Brazil, comparing the years 2024 and 2025. Attendance is understood as a fundamental element for guaranteeing the right to education and for the teaching and learning

¹ Núcleo Regional de Educação de Pitanga, Pitanga, Paraná, Brasil. E-mail: ferpinhao@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0009-0007-4227-0884>.

² Universidade Estadual do Centro-Oeste, Guarapuava, Paraná, Brasil. E-mail: frcaldas@live.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4103-7996>.

Crerios de autoria: os autores conceberam a ideia e participaram da concepção, criação e consolidação do artigo.

Recebido em 12 de maio de 2026. Aceito em 25 de junho de 2026.



Regae: Rev. Gest. Aval. Educ.	Santa Maria	v. 15	n. 24	e96965	2026
-------------------------------	-------------	-------	-------	--------	------

process, and is examined based on consolidated data from 33 schools. The study is characterized as a quali-quantitative, descriptive investigation, based on documentary analysis of educational indicators extracted from the institutional monitoring system Power BI Presente na Escola. The results indicate an increase in average attendance rates during the analyzed period, as well as different behavioral patterns among schools, including variations in the magnitude of change, levels of engagement, and consistency of results. The analysis of weekly historical series also allowed for the identification of trends, fluctuations, and critical periods throughout the school year. It is concluded that the systematic analysis of indicators, when combined with a critical and contextualized reading of educational reality, contributes to understanding student retention dynamics, while also revealing the potential and limitations of using educational data in the context of school management.

Key-words: school management; school attendance; educational indicators; student retention; public policies.

Introdução

A permanência dos estudantes na escola configura-se como um dos principais desafios da educação pública brasileira, especialmente em contextos marcados por desigualdades sociais e educacionais. Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua 2022) indicam que, no Brasil, mais de 1,1 milhão de crianças e adolescentes de 4 a 17 anos permanecem fora da escola (UNICEF, 2023a), enquanto a PNAD Contínua Educação 2023 aponta que 41,7% dos jovens de 14 a 29 anos que abandonaram ou deixaram de frequentar a escola indicaram a necessidade de trabalhar como fator prioritário (Observatório de Educação, 2023). Esses dados evidenciam que, embora o acesso à escola tenha avançado consideravelmente nas últimas décadas, o abandono escolar e a infrequência seguem como fenômenos estruturais, com expressiva concentração no Ensino Médio e nas populações em situação de maior vulnerabilidade socioeconômica.

Conforme aponta o diagnóstico do Instituto de Mobilidade e Desenvolvimento Social (Pereira, 2022), as desigualdades de escolarização entre os estratos sociais, embora reduzidas em comparação com décadas anteriores, persistem e se acumulam ao longo da trajetória escolar, comprometendo a permanência dos estudantes mais pobres. Nesse cenário, a frequência escolar assume papel central, não apenas como indicador administrativo, mas como condição fundamental para a garantia do direito à educação e para o desenvolvimento das aprendizagens.

É importante distinguir conceitualmente os fenômenos correlatos. Conforme o Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc, 2023), a evasão é caracterizada quando o estudante, sem ter concluído uma etapa da Educação Básica, não se matricula no ano seguinte em alguma unidade escolar. O abandono escolar, por sua vez, refere-se à infrequência ainda no período letivo, configurando-se como evasão apenas quando o estudante não retorna à escola no ano subsequente. A infrequência, foco do presente estudo, antecede ambos os fenômenos, evasão e abandono, e constitui, portanto, um indicador precoce e estratégico para a ação preventiva da gestão escolar.

Do ponto de vista legal, o direito à educação e a obrigatoriedade da frequência estão assegurados na Constituição Federal de 1988; na LDB, que estabelece frequência mínima de 75% da carga horária para fins de aprovação, e no Estatuto da Criança e do Adolescente, que responsabiliza família, escola e poder público pelo acompanhamento da assiduidade. No âmbito das políticas federais, o programa Busca Ativa Escolar, desenvolvido pelo Unicef em parceria com a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação – Undime –, tem atuado como estratégia nacional de identificação e reintegração de crianças e adolescentes em situação de infrequência ou evasão. Entre 2018 e 2023, a iniciativa contou com a adesão de 3.500 municípios e 22 estados brasileiros e contribuiu para o retorno de mais de 200 mil crianças e adolescentes à escola (Unicef, 2023a). A estratégia, fundamentada no trabalho intersetorial entre Educação, Saúde, Assistência Social e Sistema de Justiça (Unicef; Undime, 2022), reforça a centralidade do tema na agenda educacional contemporânea.

A consolidação de políticas públicas educacionais ancoradas em indicadores transformou a frequência escolar em objeto privilegiado de monitoramento da qualidade da educação. No Paraná, esse movimento se materializa, entre outros instrumentos, na plataforma *Power BI Presente na Escola*, que disponibiliza os dados de assiduidade da rede pública estadual. A existência técnica do dado, contudo, não garante a sua leitura pedagógica.

Operar com indicadores de frequência requer cautela teórica. Ball (2005, 2008) demonstra que a centralidade atribuída a métricas educacionais tende a converter práticas pedagógicas complexas em dispositivos de performatividade, nos quais o que pode ser medido passa a equivaler ao que importa. Sob essa chave, o dado de frequência interessa a este estudo não como representação suficiente da realidade escolar, mas como ponto de partida para uma análise que recupere o que o número, sozinho, não revela, as condições pedagógicas, institucionais e sociais que produzem a presença ou a ausência do estudante.

Compreender essas condições requer situar a frequência no terreno da gestão escolar. Libâneo (2004) lembra que a gestão se justifica na medida em que assegura as condições para o ensino e a aprendizagem, e a presença do estudante é a primeira dessas condições, pois sem ela nenhuma ação didática se efetiva. Lück (2009) oferece a chave para pensar a gestão como mobilização articulada de processos humanos e organizacionais, perspectiva que permite tratar a análise da frequência como prática gestora orientada, e não como tarefa burocrática. Lidos em conjunto, os autores sustentam uma posição central na análise aqui empreendida, ler dados de assiduidade é fazer gestão pedagógica.

Essa posição encontra adensamento na revisão conduzida por Oliveira e Vasques-Menezes (2018), que evidencia o deslocamento histórico do campo da gestão escolar, antes restrito ao plano administrativo, em direção a uma compreensão multidimensional, articulada às dimensões pedagógica, política e democrática. A partir dessa formulação, a frequência é tomada como problema que atravessa as três dimensões simultaneamente, pedagógica, porque incide sobre a aprendizagem; política, porque diz respeito à garantia do direito à educação; democrática, porque requer envolvimento da comunidade escolar na análise e no enfrentamento dos casos de infrequência.

Frequência, infrequência, abandono e evasão: precisões conceituais e o direito à educação

Analisar o uso de plataformas de monitoramento como o *Power BI Presente na Escola* requer, como ponto de partida, uma tomada de posição sobre o que está em jogo quando se monitora a frequência dos estudantes. Esse ato, aparentemente técnico, carrega uma dimensão que antecede qualquer consideração sobre eficiência ou controle. Trata-se de uma questão de direitos. A frequência escolar precisa ser compreendida como expressão concreta das possibilidades de acesso, permanência e aprendizagem, e não como dado administrativo redutível a percentuais e comparações entre unidades escolares.

Esse enquadramento requer, de início, precisão conceitual. A infrequência refere-se à ausência do estudante durante o período letivo, o abandono caracteriza-se quando essa ausência se prolonga a ponto de interromper o percurso formativo, a evasão ocorre quando o estudante não se matricula no ano subsequente sem ter concluído a educação básica (Inesc, 2023). A distinção não é apenas taxonômica, a infrequência opera como sinal precoce que, identificado a tempo, pode mobilizar ações preventivas antes que o abandono e a evasão se consolidem. É nesse intervalo que reside o potencial de um instrumento de monitoramento, pois o dado sobre ausência só tem valor preventivo se for lido como chamado à ação, e não como registro de fato consumado.

O fundamento dessa preocupação está na compreensão da educação como direito que articula igualdade e diferença (Cury, 2002). Garantir a presença do estudante na escola é uma dimensão da garantia de direitos constitucionalmente consagrados, e não apenas uma exigência legal prevista na LDB ou no ECA. Isso significa que o monitoramento da frequência não é fim em si mesmo, mas decorrência do dever das instituições educativas de assegurar as condições de permanência de todos os seus estudantes.

Esse reconhecimento, contudo, só se completa quando a infrequência é compreendida como fenômeno social e não como falha individual. A escola, como instituição inserida em contexto histórico determinado e atravessada por contradições sociais, não produz a si mesma os índices de ausência que registra, eles são expressão de condições que a precedem e a ultrapassam. Os sujeitos que mais frequentemente figuram nessas estatísticas são aqueles cujos direitos sociais mais amplos também são sistematicamente negados (Arroyo, 2012). A ausência da escola é, nesses casos, sintoma de ausências mais profundas, de moradia digna, de alimentação regular, de segurança, de perspectiva de futuro.

Essa compreensão redefine o próprio significado da permanência escolar. Permanecer não é apenas estar presente fisicamente, é estar inserido num processo educativo que faça sentido para os sujeitos que o vivenciam. Estudos recentes indicam que a flexibilização curricular, os itinerários formativos e as políticas de assistência estudantil são fatores determinantes para que os estudantes do Ensino Médio público se mantenham na escola (Marcos, 2026). O monitoramento da frequência, portanto, só cumpre sua função quando é capaz de acionar respostas que abordem essas condições de forma integrada. É com essa premissa que este estudo se aproxima do *Power BI Presente na Escola*: não como ferramenta de controle, mas como instrumento potencial de proteção de direitos, cuja efetividade depende inteiramente das práticas de gestão que o mobilizam.

Gestão escolar: dimensões democrática, pedagógica e política

Compreender a infrequência como fenômeno social e como problema de direitos transforma o que se espera da gestão escolar diante dos dados de frequência. Uma gestão que se limita ao registro e ao controle opera aquém do que o campo teórico e o ordenamento legal demandam. O próprio campo da gestão educacional reconhece essa insuficiência, a concepção predominantemente administrativa, centrada na provisão e no controle de recursos, cedeu lugar, sobretudo após a Constituição de 1988 e a LDB de 1996, a uma perspectiva multidimensional que incorpora aspectos pedagógicos, políticos e democráticos (Oliveira; Vasques-Menezes, 2018). Essa transformação não é apenas teórica, ela define o critério pelo qual o uso de um instrumento de monitoramento pode ser avaliado como mais ou menos efetivo.

A conexão entre frequência e trabalho pedagógico é direta, a ausência contínua do estudante compromete não apenas seu desempenho individual, mas a efetividade do projeto educativo como um todo, uma vez que a escola tem a tarefa de “promover a apropriação de saberes, procedimentos, atitudes e valores por parte dos alunos, pela ação mediadora dos professores e pela organização e gestão da escola” (Libâneo, 2004, p. 137).

O monitoramento da frequência, articulado à organização do trabalho pedagógico, está, portanto, a serviço da qualidade educativa. Esse potencial só se realiza, entretanto, se a gestão compreender seu papel como mobilização coletiva das condições necessárias à aprendizagem. Lück (2009) define precisamente essa função:

A gestão escolar constitui uma dimensão e um enfoque de atuação em educação, que objetiva promover a organização, a mobilização e a articulação de todas as condições materiais e humanas necessárias para garantir o avanço dos processos socioeducacionais dos estabelecimentos de ensino, orientados para a promoção efetiva da aprendizagem dos alunos, de modo a torná-los capazes de enfrentar adequadamente os desafios da sociedade complexa, globalizada e da economia centrada no conhecimento. Por efetividade entende-se, pois, a realização de objetivos avançados, em acordo com as novas necessidades de transformação socioeconômico-cultural, mediante a dinamização do talento humano, sinergicamente organizado. (p. 24)

O dado de frequência, nesse enquadramento, não encerra a responsabilidade da gestão, ele a inaugura. A essa dimensão pedagógica soma-se uma exigência ética que não pode ser dissociada do trabalho com indicadores.

A gestão democrática contemporânea não pode se reduzir a mecanismos formais de participação, ela requer a humanização das condições de existência dos sujeitos escolares, ancorada em base ética capaz de fazer frente à exacerbação do individualismo e à fragmentação social (Ferreira, 2004). Aplicada ao uso de plataformas de monitoramento, essa perspectiva significa que os dados de frequência não podem ser tratados como representações abstratas, eles dizem respeito a trajetórias de vida reais, atravessadas por condições sociais específicas.

Paro (2016) aprofunda essa perspectiva ao argumentar que uma gestão democrática pressupõe o envolvimento coletivo, da equipe escolar, das famílias e da comunidade, no acompanhamento das condições que afetam a aprendizagem e a assiduidade. A gestão que monitora, mas não intervém; que registra, mas não mobiliza; reduz o potencial do indicador a instrumento de controle burocrático.

Essa tensão entre o técnico e o pedagógico, entre o gerencial e o democrático, é estrutural no contexto das reformas educacionais brasileiras. Dourado (2007) situa a gestão escolar no interior de um campo de disputas por qualidade educacional, argumentando que a efetividade da escola pública depende, tanto das condições objetivas de trabalho, quanto da capacidade dos gestores de mobilizar os dados disponíveis para qualificar suas práticas. Fonseca (2009), em estudos sobre essas reformas, destaca como a função do gestor foi progressivamente deslocada para a responsabilização por resultados, produzindo tensões que precisam ser explicitadas. O *Power BI Presente na Escola* inscreve-se nesse campo de disputas: a plataforma disponibiliza informação, mas não determina o uso que dela se faz. A diferença entre um instrumento de controle e um instrumento de proteção de direitos não está na ferramenta em si, mas nas práticas de gestão que a mobilizam e no sentido que lhe é atribuído.

Indicadores educacionais: entre o monitoramento e a performatividade

A tensão identificada anteriormente, ganha contornos mais precisos quando se examina a lógica que as reformas educacionais contemporâneas têm imposto ao uso de indicadores. Essas reformas introduziram, especialmente a partir dos anos 1990, uma cultura de performatividade que valoriza resultados mensuráveis, promove a comparação entre instituições e responsabiliza gestores por desempenhos quantificados (Ball, 2005). Conforme o autor, essa cultura configura “uma tecnologia, uma cultura e um modo de regulação que emprega julgamentos, comparações e exposições como meios de controle” (Ball, 2005, p. 543), reconfigurando as identidades profissionais dos sujeitos escolares de maneiras que extrapolam a dimensão administrativa. No contexto brasileiro, Freitas (2009) aprofunda essa crítica ao mostrar como a cultura da mensuração desloca o foco das condições estruturais que produzem o fracasso escolar para o desempenho individualizado de alunos, professores e gestores, convertendo o monitoramento em mecanismo de culpabilização. Essas constatações, atreladas aos conceitos e problematizações apresentadas por Saviani (1999) e Arroyo (2012) expõem uma contradição fundamental: responsabilizar a escola pelos índices de frequência sem considerar as condições que os produzem não é apenas insuficiente do ponto de vista explicativo, mas politicamente injusto.

A resposta a esse risco não está no abandono dos indicadores, mas na redefinição do uso que deles se faz. Minayo (2014), ao discutir a complementaridade entre abordagens de pesquisa em educação, aponta que dados numéricos precisam ser acompanhados de leitura que considere as condições sociais, institucionais e familiares que os produzem, a frequência como número só revela o que está acontecendo quando interrogada em seu contexto. A política nacional de Busca Ativa Escolar (Unicef; Undime, 2022) oferece um modelo operacional dessa perspectiva, ao articular a identificação dos estudantes em situação de infrequência com a mobilização intersetorial, envolvendo educação, saúde,

assistência social e sistema judiciário, a estratégia transforma o dado em instrumento de proteção de direitos, e não em mecanismo de classificação das escolas. O indicador passa a ser ponto de partida para a intervenção, e não ponto de chegada para o julgamento.

É nesse horizonte que este estudo situa sua investigação sobre o *Power BI Presente na Escola*. A articulação dos referenciais percorridos nesta seção permite formular a perspectiva teórica que orienta a análise, a frequência escolar, compreendida como indicador sensível às condições de permanência dos estudantes, requer uma gestão que seja, ao mesmo tempo, pedagógica na leitura dos dados, democrática na mobilização das respostas e crítica diante das lógicas de responsabilização que convertem instrumentos de monitoramento em mecanismos de controle. Investigar em que medida os gestores das escolas participantes utilizam a plataforma nessa perspectiva é, portanto, mais do que uma questão técnica, é uma pergunta sobre o compromisso com o direito à educação que orienta as práticas de gestão.

Metodologia

A presente pesquisa caracteriza-se como quali-quantitativa, de natureza descritiva, fundamentada na análise documental de indicadores educacionais. Adota-se a perspectiva quali-quantitativa por reconhecer que os dados analisados são, em sua natureza, quantitativos, mas que a interpretação desses dados se realiza por meio de uma leitura qualitativa e contextualizada, comprometida com a compreensão dos fenômenos educacionais em sua complexidade (Lüdke; André, 1986; Minayo, 2014). A análise documental, conforme Cellard (2008), permite o acesso a registros institucionais que revelam dimensões das práticas sociais não diretamente observáveis, constituindo procedimento adequado para o estudo de indicadores educacionais sistematizados.

O estudo foi desenvolvido a partir da atuação no Núcleo Regional de Educação de Pitanga no Estado do Paraná, responsável pela gestão e acompanhamento de 33 escolas públicas. Os dados analisados referem-se aos indicadores de frequência escolar extraídos da plataforma *Power BI Presente na Escola* (Seed/PR, 2024), sistema institucional da Secretaria de Estado da Educação do Paraná utilizado para o monitoramento de dados educacionais em tempo real. A escolha dessa base de dados justifica-se por sua confiabilidade institucional e por sua capacidade de consolidar informações provenientes dos registros oficiais das unidades escolares, permitindo a identificação de padrões, tendências e variações na frequência dos estudantes.

O recorte temporal da pesquisa compreende os anos letivos de 2024 e 2025, considerando os meses de fevereiro a novembro. Os dados foram analisados de forma agregada por escola, bem como por meio da série histórica semanal consolidada das 33 unidades, possibilitando uma análise longitudinal do comportamento dos indicadores ao longo do período.

O processo de análise dos dados ocorreu em três etapas, organização e sistematização dos indicadores de frequência escolar, identificação de padrões, oscilações e variações ao longo das semanas letivas, e, análise comparativa entre os anos de 2024 e 2025, com foco na evolução dos indicadores e no comportamento das unidades escolares.

A definição das categorias analíticas foi realizada de forma apriorística, a partir do referencial teórico adotado e da revisão da literatura especializada sobre indicadores educacionais e gestão escolar (Lück, 2009; Freitas, 2009; Oliveira; Vasques-Menezes, 2018). As categorias estabelecidas foram, Magnitude da evolução (Variação Longitudinal), Nível de engajamento, Consistência de resultados, Sazonalidade trimestral, Volatilidade semanal, Identificação de eventos atípicos (Outliers) e Tendência de início e fim de ciclo. A operacionalização dessas categorias aconteceu por meio da organização sistemática dos dados brutos extraídos da plataforma *Power BI Presente na Escola*, seguida da análise interpretativa fundamentada no referencial teórico-metodológico previamente delimitado, em diálogo com os autores que sustentam a leitura crítica dos indicadores educacionais (Ball, 2005, 2008; Freitas, 2009; Minayo, 2014).

Análise e discussão

Para a análise e discussão dos resultados, foram considerados diferentes indicadores de frequência escolar, organizados em três perspectivas complementares. Inicialmente, apresenta-se, na imagem 1, a frequência média das 33 escolas pertencentes ao Núcleo Regional de Educação, no comparativo entre os anos de 2024 e 2025, permitindo uma visão geral da evolução dos índices. Em seguida, as imagens 2 e 3 apresentam a frequência consolidada das mesmas escolas ao longo das semanas letivas dos anos de 2024 e 2025, respectivamente, possibilitando a análise do comportamento dos indicadores ao longo do tempo, bem como a identificação de padrões, oscilações e períodos críticos de ausência.

Imagem 1 –

Média anual da frequência das 33 escolas, considerando os anos de 2024 e 2025, no período de fevereiro a novembro.

Escola	2024	2025	VARIAÇÃO		Escola	2024	2025	VARIAÇÃO
1	79,30%	90,47%	11,17%		18	84,27%	87,99%	3,72%
2	82,70%	84,11%	1,41%		19	81,65%	85,87%	4,22%
3	83,02%	87,95%	4,93%		20	83,11%	81,29%	-1,82%
4	86,35%	90,95%	4,60%		21	87,90%	90,62%	2,72%
5	93,92%	94,75%	0,83%		22	87,10%	89,29%	2,19%
6	89,26%	92,07%	2,81%		23	80,20%	89,65%	9,45%
7	85,11%	88,09%	2,98%		24	88,76%	90,29%	1,53%
8	88,23%	91,77%	3,54%		25	85,46%	91,09%	5,63%
9	91,30%	92,19%	0,89%		26	90,57%	92,05%	1,48%
10	87,65%	89,34%	1,69%		27	90,08%	91,01%	0,93%
11	81,51%	86,79%	5,28%		28	89,59%	89,73%	0,14%
12	92,99%	93,77%	0,78%		29	86,38%	91,86%	5,48%
13	88,69%	91,54%	2,85%		30	84,26%	88,84%	4,58%
14	89,16%	88,39%	-0,77%		31	96,64%	97,00%	0,36%
15	84,08%	88,03%	3,95%		32	91,81%	93,10%	1,29%
16	89,81%	92,17%	2,36%		33	85,61%	87,90%	2,29%
17	84,48%	87,63%	3,15%					

Fonte: Plataforma Presente na Escola (Seed/PR, 2026).

Com base na categoria de análise Magnitude da evolução, os dados foram examinados com o objetivo de identificar a intensidade das mudanças nos indicadores de frequência escolar no comparativo entre os anos de 2024 e 2025. A análise evidencia um movimento predominantemente positivo entre as 33 escolas, com aumento nos índices de frequência na maioria das unidades. Esse resultado dialoga com as perspectivas de Lück

(2009) e Oliveira e Vasques-Menezes (2018) sobre a importância do acompanhamento sistemático dos indicadores como elemento de uma gestão escolar comprometida com a permanência dos estudantes.

Destacam-se, inicialmente, as escolas que apresentaram maior magnitude de evolução, com variações superiores a 5 pontos percentuais, como as escolas 1 (+11,17%), 23 (+9,45%) e 25 (+5,63%), além de outras unidades com crescimento significativo. Esses dados evidenciam mudanças expressivas no comportamento da frequência escolar, indicando uma tendência de aproximação a patamares mais elevados. Na perspectiva de Saviani (1999) e Arroyo (2012), tais variações não podem ser compreendidas apenas como mérito da gestão local, mas devem ser lidas em articulação com as condições sociais e institucionais que, ao se alterarem, produzem efeitos sobre a assiduidade dos estudantes.

Um segundo grupo é composto por escolas com crescimento moderado, com variações entre aproximadamente 2% e 5%, demonstrando uma evolução consistente dos indicadores ainda que em menor intensidade. Esse padrão sugere um comportamento de melhoria gradual ao longo do período, o que, na leitura de Dourado (2007), pode indicar um processo de consolidação de práticas de gestão orientadas para resultados, desde que acompanhado de condições estruturais adequadas.

Por outro lado, observa-se um conjunto de escolas com baixa magnitude de variação, caracterizado por alterações inferiores a 2 pontos percentuais, como as escolas 5 (+0,83%), 12 (+0,78%), 28 (+0,14%) e 31 (+0,36%). Nesses casos, os dados indicam maior estabilidade dos indicadores, podendo representar, tanto a manutenção de níveis já elevados, quanto a ausência de mudanças significativas. Por fim, identificam-se casos de variação negativa, como nas escolas 14 (-0,77%) e 20 (-1,82%). À luz da crítica de Freitas (2009), esses casos merecem atenção especial. A simples responsabilização da escola por quedas nos indicadores, sem investigar as condições que as produzem, reproduz a lógica performativa criticada por Ball (2005, 2008). Ferreira (2004) reforça essa preocupação ao lembrar que a gestão democrática contemporânea precisa estar comprometida com os sujeitos concretos por trás dos números, e não apenas com os agregados estatísticos.

Com base na categoria Nível de engajamento, as escolas foram classificadas de acordo com o patamar de frequência atingido, permitindo uma leitura qualitativa dos indicadores para além da variação percentual. Adotaram-se as seguintes faixas, Excelência (acima de 95%), Alto desempenho (90% a 95%), Desempenho intermediário (85% a 89%) e Alerta (abaixo de 85%).

No ano de 2024, observa-se distribuição concentrada nos níveis intermediários de frequência. Apenas uma unidade escolar situa-se no nível de Excelência, a escola 31 (96,64%), representando aproximadamente 3% do total. O nível de Alto desempenho reúne cerca de 15% das escolas, enquanto o Desempenho intermediário abrange, aproximadamente, 50% das unidades. Cerca de 30% das escolas situam-se no nível de Alerta, como as escolas 1, 2, 3, 11, 17, 18, 19, 20, 23 e 30. É razoável inferir, com base nos estudos nacionais que correlacionam baixa frequência e vulnerabilidade socioeconômica (Pereira, 2022; Unicef, 2023a; Observatório de Educação, 2023) e em consonância com as análises de Arroyo (2012) sobre os sujeitos historicamente excluídos da escolarização, que essas escolas em nível de alerta possam concentrar perfis estudantis mais vulneráveis, hipótese que demandaria investigação específica para confirmação. Tal possibilidade,

ainda que não comprovada com os dados disponíveis neste estudo, sugere que a gestão do NRE e das próprias unidades necessita adotar estratégias interventivas sensíveis às condições sociais dos estudantes, e não apenas metas quantitativas de frequência.

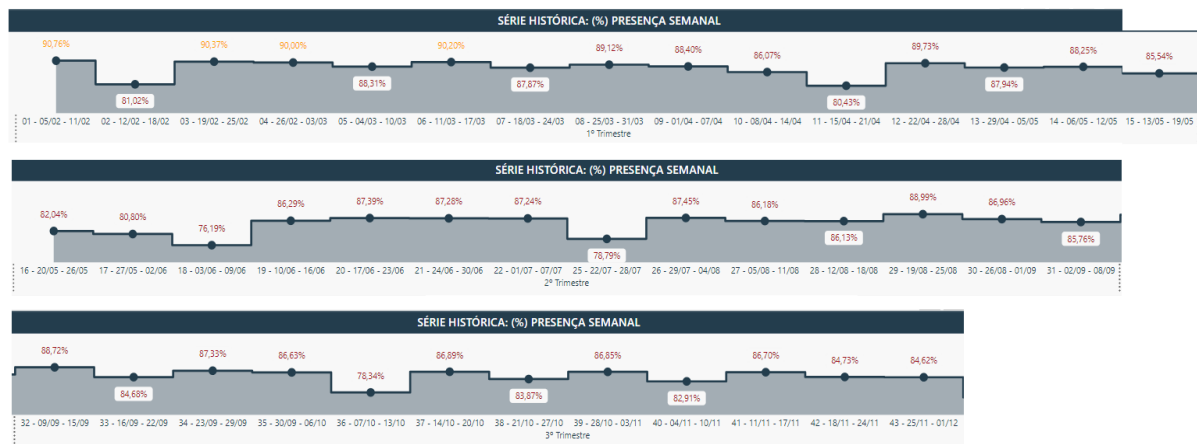
No ano de 2025, observa-se alteração significativa na distribuição. O nível de Alto desempenho passa a concentrar a maior parte das escolas, correspondendo a aproximadamente 40% do total. O grupo de Desempenho intermediário reduz-se para cerca de 45% das escolas, enquanto o nível de Alerta apresenta diminuição expressiva, passando a representar aproximadamente 15% das unidades. Essa redistribuição indica deslocamento das escolas para patamares mais elevados de frequência, o que, na perspectiva de Lück (2009), pode ser interpretado como resultado positivo do monitoramento sistemático e das ações de gestão orientadas por evidências. Marcos (2026) corrobora essa leitura ao identificar, em revisão integrativa, que estratégias de gestão consistentes podem impactar a permanência estudantil. Contudo, à luz de Ball (2008) e Freitas (2009), é igualmente necessário indagar se esse movimento reflete melhoras nas condições de permanência dos estudantes ou, em parte, adaptações institucionais à lógica de monitoramento.

Consistência de resultados

Na categoria Consistência de resultados, procedeu-se ao cruzamento dos indicadores dos dois anos para compreender o comportamento das unidades escolares em termos de estabilidade, evolução e variação longitudinal. Identifica-se um grupo de escolas com Consistência elevada, composto por seis escolas – escolas 5, 9, 12, 26, 27 e 31 –, que se mantiveram em faixas iguais ou superiores a 90% nos dois anos. Na leitura de Libâneo (2004), esse comportamento sugere que essas unidades dispõem de condições pedagógicas e organizacionais que favorecem a regularidade da assiduidade, embora seja necessário investigar, em pesquisas futuras, quais práticas de gestão e quais fatores contextuais explicam essa estabilidade.

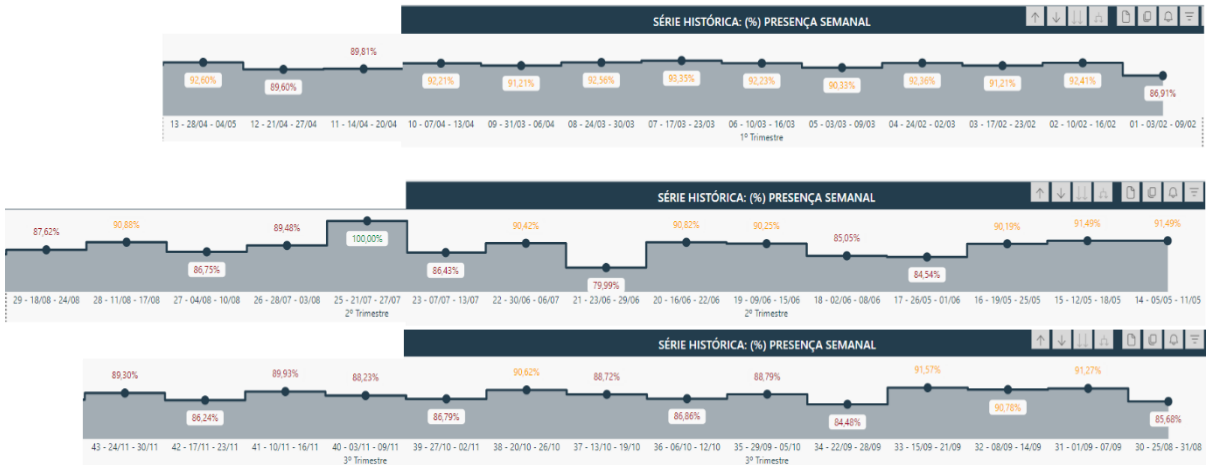
Outro grupo é formado por escolas com Recuperação acelerada, composto por seis unidades – escolas 1, 11, 19, 23, 25 e 29 –, que apresentaram crescimento significativo entre 2024 e 2025, partindo em muitos casos de patamares inferiores a 85% e migrando para níveis próximos ou superiores a 90%. Por sua vez, o grupo com Perda de tração é composto por duas escolas – escolas 14 e 20 –, que registraram variação negativa. Saviani (1999) e Freitas (2009) nos alertam para que a leitura dessas trajetórias decrescentes evite a culpabilização das unidades e mobilize, ao contrário, uma investigação aprofundada sobre as condições sociais e institucionais que as produziram, abrindo espaço para intervenções qualificadas por parte do NRE, sintonizadas com a lógica intersetorial proposta pela política nacional de Busca Ativa Escolar (Unicef; Undime, 2022).

Imagem 2 –
Frequência das escolas ano de 2024: histórico semanal consolidado de todas as escolas. A leitura deve ser realizada da esquerda para a direita e de cima para baixo, em ordem crescente.



Fonte: Plataforma Presente na Escola (Seed/PR, 2026).

Imagem 3 –
Frequência das escolas ano de 2025: histórico semanal consolidado de todas as escolas. A leitura deve ser realizada da esquerda para a direita e de cima para baixo, em ordem crescente.



Fonte: Plataforma Presente na Escola (Seed/PR, 2026).

Séries históricas semanais: sazonalidade, volatilidade e padrões temporais

A análise das séries históricas semanais, apresentadas nas imagens 2 e 3, aprofunda a compreensão das dinâmicas temporais da frequência escolar. Na categoria Comparativa interanual, evidencia-se elevação consistente dos índices de frequência em 2025 em relação a 2024, especialmente nos períodos iniciais do calendário letivo. O primeiro trimestre de 2025 apresenta valores predominantemente acima de 90%, enquanto no mesmo período de 2024 os indicadores oscilam com maior frequência em faixas inferiores, incluindo registros próximos ou abaixo de 85% em semanas específicas.

A categoria Sazonalidade trimestral revela comportamento relativamente consistente entre os dois anos, maior estabilidade no primeiro trimestre, maior instabilidade no segundo e tendência de redução no terceiro. Esse padrão é característico de séries temporais educacionais, conforme aponta a literatura sobre calendário escolar e permanência (Inep, 2023). Contudo, o ano de 2025 apresenta configuração mais favorável em todos os trimestres, com menor dispersão dos dados. Na leitura de Libâneo (2004) e Paro (2016), a identificação desses padrões sazonais é relevante para o planejamento escolar, momentos de maior instabilidade devem ser antecipados e contemplados nas estratégias de acompanhamento pedagógico, sob risco de a infrequência sazonal converter-se em abandono e, posteriormente, em evasão.

A Análise de volatilidade semanal evidencia que em 2024 há maior amplitude nas variações entre semanas consecutivas, com quedas mais acentuadas e recuperações igualmente rápidas. Em 2025, por contraste, a volatilidade é menor, com variações mais suaves e trajetória mais regular. A Identificação de eventos atípicos revela que, em 2024, as semanas com valores discrepantes são mais frequentes e intensas. Como observa Freitas (2009), eventos atípicos em séries educacionais podem estar associados a fatores conjunturais – condições climáticas, interrupções no transporte, eventos institucionais –, mas sua recorrência pode também indicar fragilidades estruturais da gestão no acompanhamento cotidiano da assiduidade.

A Análise de tendência de início e fim de ciclo confirma o padrão já descrito, início de ciclo com índices mais elevados, redução gradual ao final. Em 2025, essa queda é menos pronunciada, sugerindo maior estabilidade relativa. Finalmente, a Consistência por faixa de desempenho demonstra que em 2025 há maior permanência na faixa de 90% a 95%, com menor transição para níveis inferiores, enquanto em 2024 a dispersão entre faixas é mais frequente.

De modo geral, a análise dos indicadores de frequência escolar, a partir das diferentes categorias adotadas, permitiu identificar padrões consistentes e heterogêneos no comportamento dos dados ao longo dos anos de 2024 e 2025. A comparação interanual evidenciou a elevação dos níveis de frequência, acompanhada por maior regularidade na distribuição dos indicadores ao longo das semanas. Esses achados reforçam que a frequência escolar se configura como fenômeno dinâmico, cuja compreensão requer a articulação entre análises quantitativas e leitura temporal e contextualizada dos indicadores, sintonizada com a perspectiva da gestão democrática proposta por Ferreira (2004), Paro (2016) e Oliveira e Vasques-Menezes (2018).

Considerações finais

Na pesquisa, teve-se como objetivo analisar os indicadores de frequência escolar em 33 escolas pertencentes ao Núcleo Regional de Educação de Pitanga, no Estado do Paraná, considerando o comparativo entre os anos de 2024 e 2025. A partir da análise documental dos dados extraídos do sistema *Power BI Presente na Escola*, foi possível identificar padrões, variações e comportamentos dos indicadores ao longo do tempo, contribuindo para a compreensão das dinâmicas de permanência dos estudantes no contexto escolar.

Os resultados evidenciaram uma elevação geral nos índices de frequência no ano de 2025, acompanhada por maior estabilidade e menor dispersão dos dados ao longo das semanas letivas. Observou-se que a distribuição dos indicadores entre diferentes faixas de desempenho sofreu alteração significativa, com redução da concentração em níveis mais baixos e maior permanência em patamares superiores. A análise temporal identificou padrões recorrentes – maior frequência no início do ciclo letivo, instabilidade no período intermediário e tendência de redução nos momentos finais –, ainda que com menor intensidade no segundo ano analisado.

A melhoria observada nos índices de frequência em 2025 expressa melhoras nas condições de permanência dos estudantes e decorre de práticas de gestão qualificadas pelo monitoramento de dados, embora os dados não permitam afirmar em que medida esse movimento decorre, exclusivamente, de mudanças nas condições de permanência ou também da intensificação dos processos institucionais de monitoramento.

Em termos de implicações práticas para a gestão do NRE, os resultados oferecem subsídios concretos. As escolas em recuperação acelerada – escolas 1, 11, 19, 23, 25 e 29 – merecem atenção especial para identificar quais práticas de gestão e intervenção contribuíram para essa melhora, de modo que possam ser sistematizadas e compartilhadas com outras unidades, em consonância com as estratégias de gestão já mapeadas pela literatura especializada. As escolas com perda de tração – escolas 14 e 20 – e aquelas que permanecem no nível de alerta demandam acompanhamento diferenciado, com investigação das condições sociais e institucionais específicas que condicionam sua infrequência, articulado à metodologia intersetorial da Busca Ativa Escolar (Unicef; Undime, 2022). O padrão sazonal identificado – queda no segundo trimestre e nos momentos finais do ano –, deve ser antecipado no planejamento anual do NRE e das escolas, com estratégias preventivas voltadas especificamente para esses períodos críticos, evitando que a infrequência sazonal evolua para abandono e evasão (Inesc, 2023; Pereira, 2022).

O estudo apresenta limitações relacionadas ao seu recorte metodológico, uma vez que se fundamenta em dados quantitativos agregados, não contemplando a análise das estratégias de intervenção adotadas pelas escolas, as especificidades contextuais de cada unidade, nem as perspectivas dos sujeitos – estudantes, professores, gestores e famílias – sobre os fatores que condicionam a frequência.

Conclui-se que a análise sistemática dos indicadores de frequência escolar constitui ferramenta importante para a compreensão das dinâmicas de permanência dos estudantes, desde que orientada por uma leitura crítica e contextualizada, capaz de articular dados, teoria e realidade educacional, e comprometida não com a performatividade dos números, mas com o direito real de cada estudante de estar e aprender na escola.

Referências

- ARROYO, Miguel G. *Outros sujeitos, outras pedagogias*. Petrópolis: Vozes, 2012.
- BALL, Stephen J. Profissionalismo, gerencialismo e performatividade. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 35, n. 126, 2005, p. 539-564.
- BALL, Stephen J. *The education debate*. Bristol: Policy Press, 2008.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 1988.

- BRASIL. *Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990*: dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília: Presidência da República, 1990.
- BRASIL. *Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996*: estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Presidência da República, 1996.
- CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, Jean et al. *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. Petrópolis: Vozes, 2008, p. 295–316.
- CURY, Carlos Roberto Jamil. Direito à educação: direito à igualdade, direito à diferença. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 116, 2002, p. 245-262.
- DOURADO, Luiz Fernandes. Políticas e gestão da educação básica no Brasil: limites e perspectivas. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 28, n. 100, 2007, p. 921-946.
- FERREIRA, Naura Syria Carapeto. Repensando e ressignificando a gestão democrática da educação na cultura globalizada. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 25, n. 89, 2004, p. 1227-1249.
- FONSECA, Marília. A gestão escolar no contexto das recentes reformas educacionais brasileiras. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação*, Brasília, v. 25, n. 2, 2009, p. 233-246.
- FREITAS, Luiz Carlos de. *Avaliação educacional: caminhando pela contramão*. Petrópolis: Vozes, 2009.
- INSTITUTO DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. *Abandono no ensino médio brasileiro entre 2019 e 2021*. Brasília: Inesc; Fundação Malala, 2023.
- INEP. *Censo escolar da educação básica: resumo técnico 2023*. Brasília: Inep, 2023.
- LIBÂNEO, José Carlos. *Organização e gestão da escola: teoria e prática*. Goiânia: Alternativa, 2004.
- LÜCK, Heloísa. *Dimensões da gestão escolar e suas competências*. Curitiba: Positivo, 2009.
- LÜCK, Heloísa. *Gestão educacional: uma questão paradigmática*. Petrópolis: Vozes, 2009.
- LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU, 1986.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo: Hucitec, 2014.
- OBSERVATÓRIO DE EDUCAÇÃO. *Guia sobre abandono e evasão escolar: um panorama da educação brasileira*. São Paulo: Instituto Unibanco, 2023. Disponível em: <https://observatoriodeeducacao.institutounibanco.org.br/em-debate/abandono-evasao-escolar>. Acesso em: 13 dez. 2025.
- OLIVEIRA, Ivana Campos; VASQUES-MENEZES, Ione. Revisão de literatura: o conceito de gestão escolar. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 48, n. 169, 2018, p. 876-900.
- PARO, Vitor Henrique. *Gestão democrática da escola pública*. São Paulo: Cortez, 2016.
- PEREIRA, Vitor. *Diagnóstico do abandono e da evasão escolar no Brasil: nota técnica n. 001/2022*. Brasília: Instituto de Mobilidade e Desenvolvimento Social, 2022.
- SAVIANI, Dermeval. *Escola e democracia*. Campinas: Autores Associados, 1999.
- SEED/PR. *Power BI presente na escola: plataforma de monitoramento de frequência escolar*. Curitiba: Seed/PR, 2024.

UNICEF. *Busca ativa escolar*. Brasília: UNICEF, 2023a. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/busca-ativa-escolar>. Acesso em: 10 jan. 2026.

UNICEF. *Recomendações para reduzir a evasão de estudantes do ensino médio*. Brasília: Unicef, 2023b.

UNICEF/UNDIME. *Busca ativa escolar e o trabalho em rede*. Brasília: Unicef; Undime, 2022.